

	<b>Autor:</b>	<b>Isabel Vicente</b>
	<b>Data:</b>	<b>Sábado, 26 de Janeiro de 2008</b>
	<b>Pág.:</b>	<b>07</b>
	<b>Temática:</b>	<b>SIMPLEX</b>

# Notários temem “sentença de morte”

## Governo quer fim das escrituras públicas de imóveis

### A insegurança jurídica e os litígios podem aumentar com o fim das escrituras públicas na transmissão de imóveis

Os notários privados estão hoje reunidos, num hotel em Lisboa, a discutir mais uma vez aquilo a que chamam concorrência desleal e ataque cerrado ao exercício da sua actividade.

Desta vez, segundo Barata Lopes, bastonário da Ordem dos Notários, "é a sentença de morte para o notariado. Nunca pensei que fossem tão longe". E explica: "O Governo aprovou em Conselho de Ministros (CM), no final de Dezembro, uma proposta de lei através da qual deixam de ser obrigatórias as escrituras públicas para a compra e venda de imóveis, constituição e modificação de hipoteca, doação de imóveis e alienação de heranças". Estes actos passam a poder ser realizados por documento particular autenticado pelas conservatórias, advogados, solicitadores e câmaras de comércio e indústria, através de registo electrónico.

O que, para o bastonário, é "mais uma entre as sucessivas e desenfreadas medidas no âmbito do Simplex na Justiça, que, além de colocar em causa o papel do notariado, coloca em causa a autenticidade dos documentos que não têm fé pública, potencia situações de insegurança jurídica e induz a um aumento exponencial de litígios. A confusão jurídica vai aumentar e o cerne da actividade notarial está a desaparecer para dar lugar a um novo ordenamento jurídico de cariz anglo-saxónica, sem tradição em Portugal". E adianta: "Coloca em causa o esforço que está a ser feito na Europa no sentido de se avançar com a livre circulação do documento autêntico na maioria dos países europeus (21 entre 26), permitindo aos cidadãos que uma escritura feita em Portugal tenha o mesmo valor em Espanha ou em França, ao nível da transmissão de imóveis ou sociedades".

O Expresso contactou o Ministério da Justiça para uma reacção mas não obteve resposta.

### Concorrência desleal

A Casa Pronta tem sido outra batalha dos notários, que intentaram 12 providências cautelares, das quais quatro foram indeferidas, explica Barata Lopes. "Foi uma ideia proposta pelos notários ao Ministério da Justiça em 2006 para simplificar e concentrar

num único balcão todos os actos relacionados com a compra e venda de imóveis, libertando os cidadãos de muitas tarefas (reunir documentação sobre o imóvel, promover o registo na conservatória e a inscrição nas Finanças), sem custos adicionais. Segundo Barata Lopes, o Governo não só não aceitou como "roubou a ideia". Lançou a Casa Pronta em cinco concelhos e "com um pacote único de preço (cerca de 650 euros), mas, mesmo assim, os notários, tendo que praticar um preço superior (cerca de 900 euros), não desistiram e avançaram com o mesmo conceito, a Casa Simples Casa Segura. "Não temos as mesmas condições que a Casa Pronta, a funcionar nas conservatórias, porque estamos há três anos à espera que o Governo nos faculte o acesso às bases de dados do registo predial, pelo qual pagamos cada documento que pedimos - €10 por cada escritura e €3 por outros actos". Em três anos, explica, "já pagámos ao Ministério da Justiça €30 milhões nestes actos sem que a contrapartida firmada fosse cumprida". Cercados pelo Simplex, equacionam avançar para mais uma guerra "a bem da concorrência".